

Ata nº 059 da Sessão Ordinária nº 059, de  
29 de outubro de 2013.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada do Conselheiro, **ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora Chefe do Ministério Público junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio Dantas como Conselheiro substituto, nos termos da Portaria nº 1587/2013. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 054/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 560012003-00 - 200507317-00; Prefeitura Municipal de Peixe Boi**; Prestação de Contas – 2003; Responsável Cláudio Augusto Martins de Barros Pereira; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.509, de 25.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Peixe Boi a não aprovação das contas do Executivo, exercício de 2003, de responsabilidade de Cláudio Augusto Martins de Barros Pereira, que deverá recolher aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, devidamente atualizada, a quantia de R\$-11.676,71 (onze mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e um centavos), paga a maior ao Prefeito e Vice-Prefeito além de multa no valor de R\$-4.500,00 (15%), pela remessa intempestiva do Relatório de Gestão Fiscal do 1º semestre, na forma do art. 5º, I, § da Lei nº 10.028/2000; cópia dos autos devem ser remetidas ao Ministério Público Estadual para as providências que entender cabíveis. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 060012008-00 – 200904869-00; Prefeitura Municipal de Altamira**; Prestação de Contas Anuais de Governo; Responsável Odileida Maria de Sousa Sampaio; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.509, de 25.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas de Governo, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Altamira a aprovação das contas anuais de Governo do Executivo, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Odileida Maria de Sousa Sampaio. Em seguida, durante o julgamento do processo nº 060012008-00, da Prefeitura Municipal de Altamira, contas de Gestão, o Conselheiro Daniel Lavareda arguiu preliminar para tonar insubsistente a decisão anteriormente prolatada referente as contas de Governo, com a reabertura da instrução do processo para a análise do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF/2000, que deve ser efetuada nas contas de Governo, o que foi acatada pelos Conselheiros. Desta forma, a Presidência proclamou nova **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu tonar insubsistente a decisão anteriormente prolatada referente as contas de Governo, com a reabertura da instrução do processo para a análise do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF/2000. **Processo nº 060012008-00; Prefeitura Municipal de Altamira**; Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável Odileida Maria Sousa Sampaio - Prefeita Municipal; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.509, de 25.10.2013.** Retirado de pauta. **Processo nº 570022004-00; Câmara Municipal de Ponta de Pedras**; Prestação de Contas – 2004; Responsável Miguel Ferreira Ribeiro - Presidente da Câmara; Instrução Auditora Adriana Oliveira; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.509, de 25.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela aprovação, com ressalvas, das presentes contas da Câmara Municipal de Ponta de Pedras, exercício de 2003, de responsabilidade do Sr. Miguel Ferreira Ribeiro, que deverá receber Alvará de quitação pelas despesas ordenadas, após a comprovação do*



recolhimento das seguintes multas: R\$-9.253,44 (nove mil, duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos), referente a 30% da remuneração anual do Ordenador, face a remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal fora dos prazos legais, conforme determina o art. 5º, inciso I da Lei Federal nº 10.028/00; R\$-1.001,00 (hum mil e um reais), pela remessa das documentações do 1º quadrimestre fora do prazo legal, com base no artigo 120-B, inciso II do Regimento Interno do TCM". **Em votação:** O Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Ponta de Pedras, exercício de 2003, de responsabilidade do Sr. Miguel Ferreira Ribeiro, com o recolhimento de multa aos Cofres Municipais, no valor de R\$-9.253,44 (nove mil, duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos), referente a 30% da remuneração anual do Ordenador, face a remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal fora dos prazos legais, conforme determina o art. 5º, inciso I da Lei Federal nº 10.028/00. **Por maioria:** ao FUMREAP, multa de R\$-1.001,00 (hum mil e um reais), pela remessa das documentações do 1º quadrimestre fora do prazo legal, com base no artigo 120-B, inciso II do Regimento Interno do TCM. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 754082008-00; Fundo Municipal de Educação de São Domingos do Capim; Prestação de Contas – 2008; Responsável Walter de Jesus Soares Teixeira; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.509, de 25.10.2013** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade da prestação de contas do Senhor Walter de Jesus Soares Teixeira, Ordenador de despesa do Fundo Municipal De Educação (FME) de São Domingos do Capim, exercício 2008, devendo ser recolhido, atualizado, aos Cofres Públicos, o valor de R\$-9.257.927,31 (nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos), lançado à conta "Agente Ordenador", com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para providências. **Processo nº 974102009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Pacajá; Prestação de Contas – 2009; Responsável Edimir José da Silva; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.509, de 25.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Conselheiro proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Pacajá, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Edmir José da Silva, devendo ser expedido o competente Alvara de Quitação pelas despesas ordenadas, condicionado o recolhimento de multa ao FUMREAP, nos seguintes valores: - R\$-4.000,00, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre, nos termos do art.120-B, IV, do RI/TCM/Pa, pelas divergências entre o saldo final de 2008 (R\$-2.606,97) e o saldo inicial de 2009 (R\$-17.585,16) e o saldo inicial de 2010 (R\$-136.407,25) e o saldo final em 2009 (R\$-140.012,11), e pela ausência do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, com fundamento art. 120-B, §1º do RI/TCM/Pa". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Auditor convocado Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Pacajá, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Edmir José da Silva, com a expedição do Alvara de Quitação pelas despesas ordenadas, **por maioria**, condicionado ao recolhimento de multa ao FUMREAP, no valor de R\$-4.000,00, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre, nos termos do art.120-B, IV, do RI/TCM/Pa, pelas divergências entre o saldo final de 2008 (R\$-2.606,97) e o saldo inicial de 2009 (R\$-17.585,16) e o saldo inicial de 2010 (R\$-136.407,25) e o saldo final em 2009 (R\$-140.012,11), e pela ausência do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, com fundamento art. 120-B, §1º do RI/TCM/Pa. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 953332008-00; Fundo Municipal de Saúde de Medicilândia; Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável Ivani de Souza Ritter (01/01 a 31/03/2008) e Sebastião César Santos (01/04 a 31/12/2008); Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.509, de 25.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Medicilândia, exercício de 2008, com a expedição em favor dos Ordenadores de despesas Ivani de Souza Ritter



(01/01 a 31/03) e Sebastião César Santos (01/04 a 31/12), dos respectivos Alvarás de Quitação nos valores de R\$ 2.161.899,58 e R\$ 9.891.102,77. **Processo nº 953332009-00; Fundo Municipal de Saúde de Medicilândia;** Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável André José dos Santos; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.509, de 25.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Medicilândia, exercício de 2009, com a expedição em favor de André José dos Santos do respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-5.953.969,49. **Processo nº 201013609-00; Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará;** Nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público nº 01/2010; Interessada Luana Priscila Modesto França e Outros; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo. Retirado de pauta. **Processo nº 201210271-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA;** Contrato Temporário nº 152, 156, 159 a 161/2012, firmado entre a Sesma e Erika Santos Costa e Outros; Interessada Sylvia Christina Souza de Oliveira Santos; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário ao registro com anexação dos autos à prestação de contas respectiva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "I- *Pelo NÃO REGISTRO dos Contratos Temporários de nº's 152 a 156/2012 e 159 a 161/2012, firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA e Erika Santos Costa e OUTROS, para o exercício das funções de Médico e Técnico em Enfermagem, tendo em vista que os contratos celebrados violam o art. 37, II, IX, da CF/88; II – Fica-se relatado nos autos a ausência dos documentos como a motivação explícita do excepcional interesse público, a autorização do Chefe do Executivo Municipal; III - Deve ser imediatamente comunicada essa decisão ao (A) atual Secretário Municipal de Saúde de Belém e ao Gestor Municipal*". **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José divergiram do Relator e votaram pelo registro dos Contratos. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo não registro dos Contratos Temporários de nº's 152 a 156/2012 e 159 a 161/2012, firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA e Erika Santos Costa e outros, para o exercício das funções de Médico e Técnico em Enfermagem, tendo em vista que os Contratos celebrados violam o art. 37, II, IX, da CF/88; Fica-se relatado nos autos a ausência dos documentos como a motivação explícita do excepcional interesse público, a autorização do Chefe do Executivo Municipal; Comunique-se essa decisão ao atual Secretário Municipal de Saúde de Belém e ao Gestor Municipal. Vencido o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José. **Processo nº 201107778-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA;** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 1857/2008, firmado com o Sr. Igor Mauricio Freitas Galvão; Interessado Sérgio de Souza Pimentel; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favorável ao cadastro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com a juntada à prestação de contas respectiva em decorrência da expiração do prazo de vigência. **Processo nº 201303331-00; Prefeitura Municipal de Marabá;** Convênio Nº 128672/12, firmado com a Associação de Moradores do Bairro Francisco Coelho; Responsável Maurino Magalhães de Lima – Prefeito; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com a juntada à prestação de contas respectiva em decorrência da expiração do prazo de vigência. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS**



144 e **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e trinta minutos da qual  
145 foi lavrada a presente Ata  
146 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e nove de outubro de dois mil e  
147 treze.

Visto:

  
**Robson figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

  
Conselheiro Presidente **JOSE CARLOS ARAUJO**  
Presidente da Sessão